

EDITORIAL

É com grata satisfação que apresento o Editorial de mais esta Revista do Direito. Foi um ano de muito trabalho e aprendizado, com relação à seleção e escolha dos artigos que fizeram parte deste ano de Edições, humildemente sob a minha Coordenação.

Não posso deixar de agradecer, como sempre, a providencial ajuda e trabalho competente do Assessor Especial de Editoração, Thiago Montes, que não mede esforços para que a cada exemplar os textos sejam apresentados e selecionados, com qualidade e padrão de excelência.

Agradeço, ainda, a todos os autores, de várias localidades do País que abriram mão de suas concorridas agendas, com o objetivo de elaborar textos de qualidade para enviar a esse periódico.

Igualmente, não posso deixar de agradecer aos pareceristas, que de forma competente realizaram as leituras e colaboraram, de forma solidária e, ao mesmo tempo engajada, para a seleção dos melhores textos.

Ao Professor Regel Antônio Ferrazza – DD. Chefe do Departamento de Direito – agradeço pela oportunidade e confiança depositada em meu trabalho, ao longo desse ano. Muito obrigada!

Registro, ainda, se me permitem os leitores, que este é o último Editorial que elaboro e assino. No ano que vem, estarei em outra Instituição Federal de Ensino Superior. Assim, esse Editorial foi especialmente redigido em ritmo de despedida por um lado, e saudade e gratidão por outro. Vejamos o conteúdo da Revista: A última do ano de 2017:

O primeiro artigo que vem à estampa é de autoria de Delma Pires Pinto e é intitulado: “Dos Clássicos aos Sociais: Análise dos Principais Princípios Contratuais à Luz do Contexto Histórico-Social” e retrata esse painel no tocante aos aspectos contratuais e sua evolução histórica, bem como sua aplicação nos dias atuais. Interessante conteúdo e abordagem.

Na sequência, o texto discute “O Problema dos Refugiados Sírios na Europa e a Teoria da Justiça de John Rawls”, de autoria de Érika Rigotti Furtado. É um tema que proporcionará ao leitor o conhecimento acerca dessa questão relevante e, ao mesmo tempo, poderá proporcionar novas bases e possibilidades para execução de linhas de pesquisa.

O terceiro artigo apresentado nesta Revista versa acerca da “Criminalização das drogas no Brasil: Uma genealogia do proibicionismo”. De autoria de Guilherme Saraiva Brandão, discute questão atual que se encontra, inclusive, na ordem do dia pendente de julgamento na pauta do Supremo Tribunal Federal.

O próximo texto selecionado para publicação de autoria de Ingrid Lima Barbosa e Daniel Monteiro da Silva, intitulado “O Fim da Rotulagem dos Produtos Transgênicos e o Direito à Informação consagrado pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor à luz da Constituição Federal de 1988”. Mais uma vez a Revista de Direito seleciona um artigo para reflexão de seus leitores sobre um tema que se encontra na ordem do dia e que reflete seus efeitos na vida de todos os cidadãos com relação à aquisição e consumo de produtos produzidos a partir da biotecnologia, sem contar, com sua interface no tocante aos aspectos relacionados com a Biossegurança. Trata-se de uma discussão atual e relevante.

Na sequência, o quinto artigo dos autores Maria Luiza Rovaris Cidade e Pedro Paulo Gastalho Bicalho é intitulado “A Racionalidade Médico-Jurídica dos Processos de Alteração do Registro Civil de Pessoas Trans no Estado do Rio de Janeiro”. Com tema atual e que proporcionará ao leitor um panorama geral sobre o objeto de exposição.

O sexto artigo que compõe essa Edição da Revista de Direito é de autoria de Ozana Rodrigues Boritza e Larissa Renata Mazzo e discute o seguinte tema: “Da necessidade de Efetuação da representação da vítima nos crimes de violên-

cia doméstica contra a mulher, à luz da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.424 do Distrito Federal”. Trata-se de reflexão jurídica mais do que atual, haja vista que esse problema da violência doméstica, infelizmente, é verificado no território nacional como um todo e demanda inúmeras providências estatais para sua superação e solução. Abordar o contexto do tema em face de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, sem dúvida, lança novas luzes para a questão, bem como no tocante às suas consequências.

O sétimo artigo de autoria de Rômulo Rhemo Palitot Braga, Tamisa Rúbia Santos do Nascimento Silva e Raíssa Maria Falção Costa aborda o tema: “O diálogo enquanto categoria de aproximação entre Paulo Freire e o Paradigma restaurador de Justiça”. Temática relevante para a construção de reflexão relevante nos dias atuais, espera-se, portanto, com mais esse artigo contribuir para a formação e reflexão dos leitores.

Por fim e não menos importante o texto da autora Silma Mendes Berti, aborda a questão do “*Ius Cannubii*: Dimensão Canônica”. Talvez, de forma inédita seja a primeira vez que um tema referente ao Direito Canônico seja incorporado na Revista de Direito.

Com essa apresentação, espera-se que o leitor possa enveredar pelo ambiente multifacetado e diversificado do Direito e que especialmente permeia esta edição.

Boa leitura!

Patrícia Aurélia Del Nero
Coordenadora